

# SAMPAIO

## um homem de dois mundos

ADLER HOMERO FONSECA DE CASTRO

.....

**E**m 2010, o Exército Brasileiro comemorou os 200 anos do nascimento de um dos seus maiores heróis, o General Antônio Sampaio, patrono da arma de infantaria. Oficial com uma carreira e feitos notáveis na história do País. O que é pouco conhecido são as dificuldades que a conjuntura nacional lhe criou, ao longo dos anos e o modo como ele – e outros oficiais do mesmo período – conseguiu superá-las, o que pensamos possa ser uma lição para os nossos dias.

O futuro General Sampaio entrou no Exército, como soldado raso, em 1830. Era um momento de mudanças profundas na sociedade mundial. Em 1789, a Revolução Francesa tinha demonstrado que os governos antigos, baseados no privilégio de uma pequena minoria, a nobreza, que oprimia o restante da população, não eram mais viáveis. Os exércitos revolucionários franceses, organizados em novas bases, constituídos por soldados recrutados em toda a população e de oficiais promovidos com base no seu mérito e não por serem membros de uma classe, varreram, da Europa, as tropas das monarquias absolutistas, vencendo as batalhas de Moscou a Lisboa. Isso porque os franceses lutavam por sua pátria e pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Era o primeiro exército moderno que surgia e serviu de modelo para os de outras nações, obri-



gando esses países a mudar o modo como se preparavam para o conflito. Pequenas forças, de soldados altamente profissionais, com praças recrutados por longos períodos, deixaram de ser a melhor maneira de garantir a segurança nacional, a tendência sendo a lenta transformação para forças militares baseadas no serviço compulsório de todos os cidadãos. Uma transformação fundamental, pois a defesa nacional e o serviço militar, o assim chamado *tributo de sangue* com que a sociedade

A Liberdade guia o povo.  
Delacroix, 1830.



Na foto acima, siderurgia, um dos estudos de José Bonifácio.

O maltrapilho exército francês derrota facilmente as tropas portuguesas.



tinha de arcar, passaram a ser uma obrigação de todos, premiando a competência e a capacidade acima de qualquer outra consideração, sem distinção de classe ou nascimento.

O novo exército francês teria grande influência no Brasil. Portugal, envolvido no esforço das monarquias absolutistas para sufocar o novo regime, invadiu o Rossilhão, província francesa, junto com a Espanha e a França, em 1794. Uma campanha com resultados desastrosos por causa da defecção dos aliados espanhóis, que mostrou a necessidade de se aperfeiçoarem as tropas lusitanas – uma oportunidade perdida, apesar de terem sido construídas diversas fortificações no Brasil para conter um possível ataque da marinha francesa. A incapacidade de Lisboa de se aproveitar da experiência que teve com os novos métodos militares revolucionários, se preparando para uma possível crise, teria seus problemas mais tarde, quando as tropas do General Junot invadiram Portugal, conseguindo uma vitória rápi-

da e sem maiores dificuldades, forçando a família real portuguesa a fugir para o Brasil. Um outro sinal de que as forças do antigo regime não eram mais adequadas e mudanças profundas também eram necessárias no Brasil.

Mas não era apenas em termos militares ou políticos que o mundo passava por fortes mudanças no fim do século XVIII e início do XIX: a investigação científica deu saltos de gigante no período, com resultados práticos que viriam a ter profundas influências na sociedade como um todo, com a sistematização de conhecimentos e a busca de usos práticos para o saber que ia sendo descoberto e rapidamente difundido. Na química, Lavoisier desenvolveu a teoria da conservação da massa em 1783. Na metalurgia, processos de produção de ferro em grande escala, com qualidade confiável, surgiram nos anos de 1780, permitindo o início da Revolução Industrial na área da metalurgia do ferro. Em 1800, Alessandro Volta fez uma bateria. Faraday montou um motor elétrico em 1821 e muitas outras inovações científicas foram surgindo em todos os campos, das ciências exatas às naturais, como se observa nos trabalhos de pesquisa do Patriarca da Independência, José Bonifácio, membro da Academia de Ciências de Lisboa, Real de Copenhague e da de Ciências de Estocolmo. José Bonifácio, curiosamente, além de ser um cientista de renome e uma pessoa importante no desenvolvimento político do Brasil, também viu o efeito das novas técnicas do exército francês, pois foi coronel de um batalhão de voluntários da Universidade do Porto que lutou contra os invasores de Portugal em 1807, o que teria suas consequências depois que o Brasil ficou independente.

Ainda no campo das técnicas, não é por acaso que nesse momento surgem as técnicas de produção em série, como o uso de partes intercambiáveis, introduzida pelo francês Honerá Blanc em 1778, e

o uso de novas armas, como o submarino – experimentado durante a guerra de Independência Americana (1776-1783) – o navio a vapor ou o foguete de guerra. Também não é por acaso que uma das maiores obras sobre a filosofia da guerra, o livro de Carl von Clausewitz, tenha sido escrita por uma pessoa que não só acompanhou as transformações por que passava a arte militar do período, mas que também as vivenciou, tendo sido um dos oficiais capturados na Batalha de Jena, quando o exército prussiano foi destruído pelas forças de Napoleão.

O processo de alteração da sociedade também afetou o Brasil, como é bem sabido: o país deixou de ser uma colônia formal, quando o Príncipe Regente D. João abriu os portos às nações amigas, em 1808. Pouco tempo depois, veio a demonstração de que não era mais possível fazer o relógio voltar quando Portugal tentou forçar o Brasil retornar aos laços de subserviência que tinha desde o descobrimento, o resultado foi a Independência. Do ponto de vista da sistematização do conhecimento, no Exército há um evidente sintoma disso: a fundação da Academia Militar no Rio de Janeiro, em 1811, um instituto para formação científica dos futuros oficiais do Exército.

Foi nesse contexto que nasceu o futuro General Sampaio, em 1810 – ainda criança, ele viu o

Brasil se tornar Reino Unido a Portugal e Algarve e, depois, um país independente, com um sistema político regido por uma constituição e não mais por uma monarquia absolutista. Com vinte anos de idade, Sampaio entra no Exército, no batalhão de sua província natal, o Ceará.

Agora precisamos falar um pouco sobre o Exército Brasileiro nesse momento. Ao contrário do que muitos pensam, as modificações sociais e científicas que vinham ocorrendo no mundo não tinham resultado em mudanças igualmente radicais no Exército do Brasil, pelo menos inicialmente.

A força militar de terra, ao contrário do que ocorreu com a Marinha, que surgiu praticamente do nada em 1822, já tinha uma longa tradição. Pode-se pensar na origem de uma força militar junto com a primeira ocupação do território, a Feitoria de Cabo Frio de 1504, que foi uma fortificação. Levando em conta que forças permanentes existiam no País desde o século XVI, como a guarnição de Pernambuco ou o Terço Velho, do Rio de Janeiro, o atual Batalhão Regimento Sampaio, poderíamos ter este como marco do surgimento do Exército. Outras pessoas pensam a origem do exército como estando no Compromisso de Honra, dos patriotas das guerras holandesas. Finalmente, se pode considerar que com a Independência surgiu pela primeira vez uma força efetivamente nacional, brasi-

Casa do Trem. Primeira sede da Academia Militar.



leira. Contudo, a Independência não marcaria uma mudança profunda na força, pois o Exército de então tinha imensos problemas, que o tornaria conceitualmente muito diferente do que existe hoje.

De início, devemos ter em mente que não havia um exército que pudesse ser chamado de “brasileiro”, muito menos de “nacional”. As tropas eram



Treinamento militar. Século XVIII.

Acima, tropas coloniais, cada capitania diferente das outras.

recrutadas em uma província e ficavam fixas nela. E isso não se aplicava somente aos praças e graduados, mas também aos oficiais – um alferes, o posto correspondente hoje a segundo-tenente, que entrasse em um regimento ou batalhão do Ceará, como foi o caso de Sampaio, só seria promovido para uma vaga que ocorresse naquela província, já que a burocracia militar não tinha um controle sobre a situação do Exército em todo o território.

Por outro lado, a formação de um corpo de oficiais, que poderia servir como elemento agregante como acontece hoje, não tinha condições

de o ser: o número de oficiais treinados pela Academia Militar era reduzido, muitos vinham da tropa e portanto não tinham uma formação padronizada. Em 1857, apenas 71 oficiais da Infantaria tinham passado pela Academia Militar, enquanto a massa dos outros, 696 (91% do total), tinha vindo das fileiras, como todos os coronéis. A Academia era o único curso disponível para os oficiais. Se os homens que vinham da tropa e galgavam os postos não fossem muito empenhados em estudar o ofício das armas, não teriam maiores conhecimentos militares do que aqueles aprendidos com a própria experiência.

E o próprio estudo militar, na Academia e fora dela, era complicado, já que, como foi dito, não havia manuais definindo como e o que deveria ser feito: o manual do exército português, redigido pelo Conde de Beresford, em 1812, ficou valendo no Brasil até os anos 1850, quando já se encontrava muito defasado, por só tratar de evoluções táticas. A formação de recrutas era ainda mais complicada, pois, além de não haver textos explicativos destinados aos praças e graduados, não havia escolas de formação para eles, os recrutas sendo treinados individualmente pelos sargentos, à medida que sentavam praça. Mas, como os próprios sargentos tinham sido treinados assim, é claro que a qualidade da instrução era irregular, pois um graduado que tivesse tido uma formação ruim certamente não poderia passar conhecimentos que não tinha para seus recrutas.

Havia ainda outras diferenças, algumas muito graves que criavam uma corporação que guarda poucas semelhanças com o moderno exército: o recrutamento era segregado; para entrar no Exército era necessário que o soldado ou oficial tivesse “pureza de raça”, ou seja, fosse branco. Os pardos e negros só poderiam servir nas milícias e ordenanças, tropas auxiliares do Exército, e mesmo

assim em unidades separadas, sendo que a precedência era sempre dada a unidades “brancas”. Finalmente, a corrupção e o nepotismo eram elementos correntes da filosofia da sociedade da Colônia e o Exército não era diferente: as promoções eram baseadas no favoritismo e na origem das pessoas e não no mérito delas. Isso era claramente visível no corpo de oficiais – as tropas eram formadas por praças recrutados no Brasil, mas era dada preferência aos portugueses no acesso ao oficialato, especialmente nos postos mais elevados, o que pode ser comprovado empiricamente, pois, no fim do Primeiro Reinado, apesar da Independência e do retorno para a Europa de um grande número de oficiais portugueses, dos 44 generais em serviço no Exército, apenas 16 deles, um pouco mais de um terço, eram brasileiros.

Foi nesse complicado contexto que Antônio Sampaio sentou praça, na distante Província do Ceará, em 1830. Aparentemente uma situação complicada, em que dificilmente o valor de um simples soldado poderia ser comprovado e reconhecido.

Contudo, a conjuntura nacional, acompanhando o que ocorria no mundo, sofreu uma profunda transformação naquela década. Em 1831, o Imperador Pedro I foi forçado a abdicar, o que levou a uma mudança radical na filosofia do governo: apesar de já ser um governo constitucional, o Imperador tinha mantido sob seu controle um grande poder político, e a estrutura do Estado Imperial era a de um governo centralizado. Com o vácuo sucessório criado com a abdicação do Imperador, em face da minoridade de seu filho, que tinha apenas seis anos de idade, assumiu o governo uma regência, com um projeto político bem diferente para o País: procurava-se uma descentralização e dar poder aos grupos dominantes nas províncias.

As Forças Armadas, um instrumento da manutenção da ordem em benefício da Nação como

um todo, eram vistas com desconfiança, já que não estavam ligadas ao novo projeto político. A solução que foi dada? O aniquilamento das Forças Armadas, como um autor descreveu o processo. Uma série de passos foi dada para isso: primeiro, a demissão dos oficiais estrangeiros, principalmente os portugueses, vistos como estando mais ligados ao partido do antigo imperador. Mais importante foi a redução

dos efetivos das forças: no Exército, de cerca de 30 mil homens em 1830, passou-se para uma força autorizada de apenas 12200 – uma redução de 60%, com a consequência de que um grande número de oficiais foi colocado em meio-soldo, uma espécie de aposentadoria que, como o nome implica, resultava em redução do soldo-base. Sem as gratificações de função e com

as promoções proibidas por ato do Parlamento, o resultado foi um grande número de oficiais lançados na miséria. Um fato que se agravaria ao longo dos anos, já que os parlamentares só autorizaram um efetivo de 6320 homens no biênio 1836/37: apenas um quinto da força militar que existira no Primeiro Reinado.

Essa proposta de redução do Exército, defendida pelos políticos como sendo para a “economia”, teve outras implicações, como a extinção de diversos cargos e estabelecimentos militares, tais como os comandos de armas das províncias, o desastroso fechamento dos hospitais militares espalhados



Tambor de milícias de pardos, Salvador, c. 1810.

pelas principais guarnições e a desativação do complexo de fortificações deixado pelos portugueses: em 1829, havia 191 fortificações ativas no Império, um número que foi reduzido para menos de um décimo por causa das medidas de economia da Regência. Algumas províncias-chave, como o Mato Grosso (que na época também englobava o Mato Grosso do Sul e Rondônia), uma importante área de fronteira, ficaram sem tropa. Na Amazônia, ao invés dos quatro regimentos que existiam na época colonial, a defesa de toda a região ficou a cargo de meio batalhão de artilharia, sendo que a sede da unidade ficava em Salvador.

É evidente que isso implicava sérios problemas potenciais de segurança interna, especialmente considerando que na época as forças policiais existentes eram irrisórias, o Exército e as forças auxiliares (milícias) tinham um papel fundamental nessa área. A solução da Regência, ainda dentro do espírito de reforçar o poder das províncias, foi a extinção das antigas milícias e ordenanças e a criação da Guarda Nacional, uma organização militar que, ao contrário das antigas forças auxiliares coloniais, não era subordinada à administração central, o controle da tropa era dado aos juizes de paz que, como os próprios oficiais da Guarda, eram cargos eletivos, em pleitos sem voto secreto. O resultado era que a força ficava sob o controle das oligarquias locais, criando os famosos “coronéis” da Guarda Nacional, que marcaram tanto nossa política, a ponto de gerar um termo específico, a palavra “coronelismo”, que tratava do poder político de certos proprietários de terra no interior.

Todas essas mudanças implicavam um claro enfraquecimento do poder do governo central e a diminuição de sua capacidade para reagir a uma ameaça interna ou externa – na verdade,

era essa a proposta. A consequência foi a que seria de se esperar: grupos que estavam descontentes com o governo se levantaram em armas contra ele. Foi a época da série de revoltas regenciais: Cabanada, Balaiada, Sabinada e a Farroupilha, esta durando dez anos e chegando a colocar em risco a integridade do Império.

Esse é um momento que, apesar de poder ser visto como negativo, foi de extrema importância para o Exército. Com a própria existência colocada em questão e inicialmente incapaz de reagir aos problemas que pipocavam pelo território, foi necessário repensar a força e sua doutrina, já que os princípios adotados durante os últimos duzentos anos do período colonial claramente não eram mais aplicáveis. Forjado na adversidade, o novo Exército que se criou tinha uma filosofia muito diferente, mais adequada à nova realidade nacional, que se aproxima muito mais da maneira de pensar que impera hoje do que do pensamento militar de antes ou pouco depois da Independência. Foi um processo que começou ainda durante a Regência, com a recomposição das tropas a partir de 1839, quando o Parlamento aprovou uma força de 12 mil homens, praticamente o dobro do efetivo autorizado dois anos antes. Também durante a Regência, uma medida de profunda importância seria tomada, a eliminação de barreiras raciais, abrindo caminho para a ascensão social de um importante segmento da sociedade que de outra maneira não poderia ter seu valor devidamente apreciado. Outra medida foi a mudança na ênfase da doutrina: na Colônia, as forças eram basicamente estáticas, ficando na defesa, aguardando a ação do inimigo. Essa não era a doutrina mais adequada à nova situação, de um exército menos numeroso e sem o apoio de uma força auxiliar confiável, passando-se a investir mais na

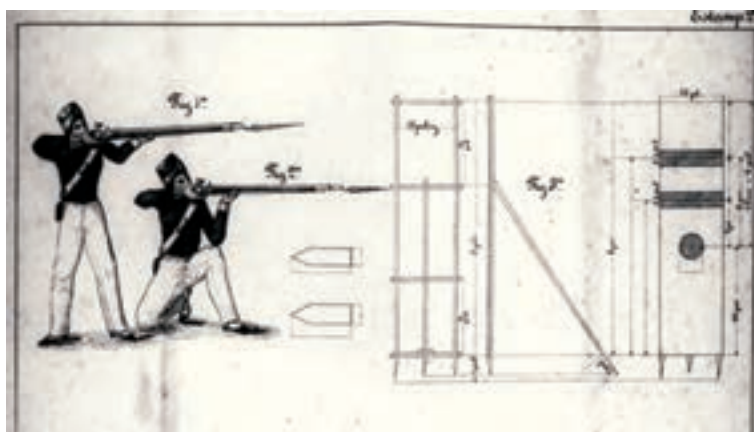
qualidade e mobilidade das unidades e não mais em instrumentos de defesa passiva, como fortes.

O processo de reformulação da força de terra se aceleraria a partir da maioridade de Pedro II, em 1840, quando um novo projeto para a Nação foi efetivamente implantado. Algumas medidas iniciais, que podem parecer pequenas, tiveram muita influência no Exército. Uma das mais relevantes e que talvez possa parecer de menor relevância foi a publicação do *Almanaque do Exército*, a partir de 1844, que, ainda em uso corrente, foi de extrema importância. Pela primeira vez um oficial, servindo em uma província poderia ter noção da sua situação dentro do Exército como um todo: aquele servindo na Bahia poderia comparar sua antiguidade, cursos e condecorações com os dos outros da mesma patente do País, sabendo que seria promovido na ordem de precedência hierárquica para a primeira vaga que ocorresse, não importando onde fosse criada. Ele passava a servir ao Exército efetivamente nacional e não mais de caráter regional. O *almanaque* também desatou o nó no congelamento das promoções, existente desde 1831: desde aquela data, as únicas que tinham sido autorizadas eram as por merecimento em combate, como ocorreu com o futuro General Sampaio, que recebeu a patente de tenente em 1839, por suas ações contra as rebeliões no norte e nordeste.

A criação de uma lista nacional de oficiais foi complementada pela lei de promoções de 1850 que, se não acabou definitivamente com as antigas práticas do favoritismo, corrupção e nepotismo nas promoções, as reduziu a níveis desprezíveis, determinando que a ascensão na carreira fosse feita por rígidos critérios de antiguidade e merecimento, a serem examinados por comissões de promoção. Nas assim chamadas “armas técnicas”, a Artilharia e a Engenharia, os critérios fo-

ram ainda mais objetivos, só se autorizando a promoção por antiguidade e por estudos: somente aqueles que tivessem completado os cursos de sua arma poderiam avançar.

Também foram tomadas medidas visando à formação de praças, como as escolas de aprendizes artífices dos arsenais provinciais. Além delas, e mais importantes, foram formadas companhias de depósito, que davam instrução básica aos jovens alistados, não mais individualmente, mas



sim sistematicamente, dentro de uma unidade. Ao completar o treinamento, os soldados formados eram enviados para outras províncias, servindo para difundir o padrão nacional de treinamento militar que se procurava criar. Nos depósitos de recrutas, como o da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, foram criadas escolas para formação de graduados, o protótipo das escolas de formação de sargentos que surgiram no século XX.

Do ponto de vista técnico, em 1849 foi criada a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, composta por oficiais de renome, com o objetivo de estudar não só o material bélico, mas também equipamentos, suprimentos, uniformes, técnicas e doutrinas. A partir dos estudos desenvolvidos pela Comissão de Melhoramentos é que são adotados os primeiros manuais escritos especificamente para o Exército Brasileiro, visando

Primeiro manual para praças. 1850.

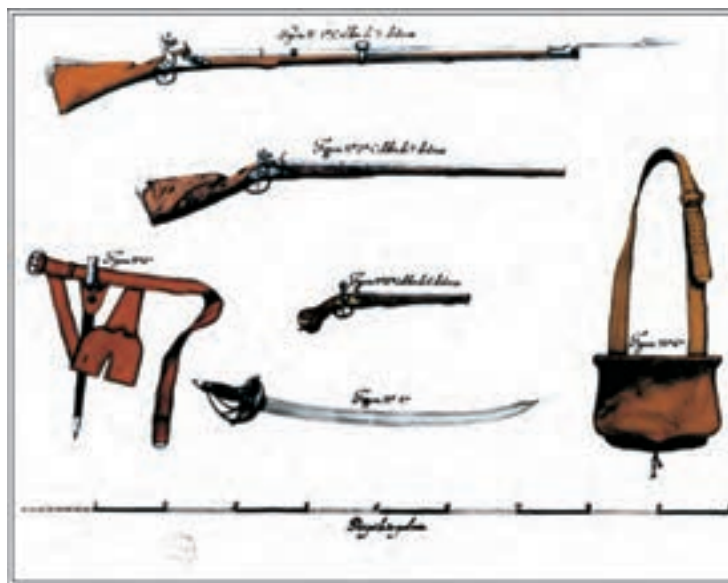
Armamento do século XVIII e XIX.

a uma adequação da doutrina à realidade nacional, bem como são feitas experiências com novos produtos, entre eles, os leves canhões-obuses *João Paulo*, inventados pelo General João Paulo dos Santos Barreto, para melhor se adequarem à doutrina de mobilidade que se procurava desenvolver.

Um dos pontos a se salientar na reformulação do Exército foi como estava sendo reconstruído, não aleatoriamente ou por pressões externas, sobre a qual o Ministério da Guerra não teria controle, mas alicerçada em uma série de escolhas feitas com base nas possibilidades do Brasil e em um projeto nacional que via nas Forças Armadas um instrumento de política externa, cujo uso dependeria de seu preparo e eficiência.

Uma das consequências – e necessidades – dessa proposta era a de manter as tropas treinadas e equipadas para serem empregadas quando necessário. Tendo sido tomadas medidas para regularizar a situação do treinamento, a questão do equipamento era mais complexa, pois novos inventos e descobertas abriam possibilidades, que logo eram exploradas pelas forças armadas européias. E o Brasil não poderia ficar para trás.

Um exemplo da rapidez das mudanças que ocorriam pode ser vista na questão dos armamentos da infantaria. Em 1839, no ano em que o futuro General Sampaio foi promovido a tenente, os fuzis usados tinham uma tecnologia que vinha do século XVII: a arma padrão do Exército Brasileiro, de pederneira, era virtualmente idêntica a um modelo adotado em Portugal em 1703, quase 150 anos antes. E isso não era um atavismo local, o mesmo acontecia em praticamente todas as for-



ças armadas, pois nada havia de melhor, apesar de a arma ser muito ruim: uma espingarda de cano liso que tinha um alcance útil de aproximadamente 75 metros; sua precisão era praticamente nula, tanto é que as armas sequer tinham aparelhos de pontaria; a cadência de fogo era lenta, de quatro tiros por minuto; e a arma falhava muito, além de não funcionar com o tempo chuvoso.

Até parece um milagre que os soldados conseguissem combater com um instrumento falho dessa maneira. Os efeitos da arma de fogo eram tão fracos que geravam uma tática específica, a do combate linear, onde os soldados se postavam ao lado um do outro, avançando em passo cadenciado até o inimigo, dando no máximo uma ou duas descargas antes de se fazer a carga com baionetas, o que era visto como o efeito decisivo da batalha.

Em 1840, começa uma revolução nos armamentos. A França e a Inglaterra começaram a usar um fuzil com um mecanismo de percussão, onde a detonação da carga era feita por uma cápsula de fulminato de mercúrio. Era um sistema mais eficiente e confiável, que levou o Brasil a adotar, a partir do ano seguinte, armas semelhantes, ini-

cialmente pistolas de oficiais, depois para armar tropas selecionadas da infantaria. Mas as mudanças não ficaram só nisso: apenas dois anos depois da adoção da arma de percussão, a França resolveu reequipar toda sua infantaria com uma nova arma, a Delvigne, raiada, capaz de fazer fogo de precisão até 300 metros de distância. Passados quatro anos, em 1846, novamente trocou seu armamento padrão para outro novo modelo, o Thouvenin, com um sistema de carregamento simplificado. A França e a Inglaterra ainda fariam mais uma outra substituição geral de armamento em 1852/1853, quando foi adotada a Minié, também raiada, porém mais simples do que as usadas anteriormente.

Em um período de menos de 15 anos, a maior potência militar do período, a França, tinha modificado o armamento de suas tropas nada menos do que quatro vezes, um ritmo difícil de ser acompanhado, especialmente para um país sem indústrias e com sérios e permanentes problemas orçamentários – uma história que conhecemos e que poderia levar a crer que uma situação comum ao longo do passado do País se fosse repetir, com as Forças Armadas ficando defasadas com relação aos desenvolvimentos das grandes potências.

Não foi o caso. Com a preocupação de se manter como a grande potência continental na América do Sul, o governo imperial autorizou a compra de armamentos modernos para suas forças. Primeiro, em 1845, equipou a Fábrica de Armas da Conceição, no Rio de Janeiro, para converter as antigas armas em uso para percussão, tal como tinha feito a França, em 1840. Depois foi feita a compra de novos modelos na Europa: para a campanha de Caseros, em 1851, se adquiriram modernos fuzis de retrocarga modelo Prussiano (Dreyse) e armas raiadas francesas do

modelo de 1846 (Thouvenin), determinando depois que companhias selecionadas de todos os batalhões de infantaria receberiam os modernos fuzis, para que oficiais e praças se fossem acostumando com eles.

A partir de 1856, o Exército começou a adquirir armas Minié de um modelo especificamente desenhado para o Brasil, sendo que no ano seguinte o ministro da guerra determinou que esse modelo seria, a partir de então, o regulamentar para toda a infantaria, começando um



Corte em fuzil Thouvenin, Museu da AMAN.

processo de troca, que se encerraria por volta de 1861. Quando o Brasil foi forçado a enviar suas forças para combater Solano López, no Paraguai, todas as suas tropas, como os Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais, já foram equipadas com o novo armamento, de maior alcance: os fuzis adotados pela infantaria, por exemplo, tinham alças de mira reguladas até 800 metros, e era possível fazer fogo eficaz contra massas de tropas a essa distância.

Não é a proposta deste pequeno artigo discutir as mudanças táticas que a revolução no armamento traria – elas seriam um efeito das lições da Guerra do Paraguai e de outros conflitos que ocorreram no mesmo período e só resultaram em mudanças práticas posteriormente à morte do Brigadeiro Sampaio. De qualquer modo, foram lições que tiveram de ser aprendidas dificilmente,

com erros e contra a resistência às mudanças, como ocorreria no resto do mundo, tais como nos casos do chefe do departamento de material bélico norte-americano no início da Guerra Civil daquele país (1861-1865), General Ripley, que se recusava a enviar armas mais modernas, de retrocarga, para seus soldados, tendo de ser substituído por ordem do Presidente Lincoln, ou o que aconteceu com os oficiais austríacos na Guerra Austro-Prussiana de 1866, que não souberam usar a vantagem de suas armas de maior alcance com relação aos fuzis prussianos, dando ênfase ao combate de choque, de sucesso cada vez mais difícil, considerando a maior eficácia das novas armas.

O ponto que gostaríamos de enfatizar é justamente a qualidade contrária à resistência à mudança, à adaptabilidade a um meio social e militar que estava passando por rápidas e radicais mudanças, uma flexibilidade de pensamento que foi compartilhada por um grande número de oficiais que viveram as agruras do período regencial e suas revoltas, bem como a reestruturação das Forças Armadas que se seguiu, alguns desses líderes do novo Exército tendo sido escolhidos como patronos de armas e serviços brasileiros justamente por se terem destacado no novo Exército que foi formado e por seus atos e feitos. Nomes que são bem conhecidos, como Caxias, Osório ou Villagran Cabrita.

Um desses nomes, o de Sampaio, pode servir de símbolo para toda aquela geração de oficiais, que foi de extrema importância para a história do Exército. Como vimos, entrou numa força que ainda guardava grande semelhança com o exército colonial, em um batalhão, o 22º de Caçadores, que seria uma das unidades a sofrer com as reformas draconianas da Regência, tendo sido reduzido à situação de meio-batalhão. Por causa das revoltas da Regência, foi um oficial que teve a chance

de provar seu valor por meio de uma série de combates, até que recebeu a promoção para o primeiro posto da escala de oficiais, o de alferes, por sua ação na revolta da Cabanagem do Pará – uma grande distinção, pois, além de passar de praça para oficial, isso ocorreu em um momento em que as promoções no Exército estavam congeladas, a não ser para aqueles que se destacassem nas lutas pela manutenção da ordem interna do País.

As promoções de Sampaio para alferes, tenente e, depois, capitão (em 1843), todas feitas ainda no período de restrições ao acesso de postos superiores, certamente servem para demonstrar que ele era uma pessoa de coragem e com capacidade de liderança – um tipo que agora, no novo Exército, poderia superar as dificuldades artificiais de acesso ao oficialato existentes no período colonial, baseadas na filiação, origem, classe social e influência política. As promoções seguintes, já em período em que a ordem interna tinha sido restaurada, devem ser encaradas de outra maneira.

Sampaio não tinha feito a Academia Militar, como a imensa maioria de seus colegas, e, como eles, deparou-se com as mudanças que ocorriam no Exército e no mundo naquele momento. Sua promoção a major, depois de ter-se destacado na Batalha de Monte Caseros, na Argentina (1852), é um marco significativo da sua capacidade como oficial. Não por ser bravo, ele já tinha provado isso anteriormente, mas por ter conseguido superar a grande dificuldade que foi adaptar-se às novas condições. Naquele momento, os majores dos batalhões, chamados de *fiscais*, tinham a função de supervisionar o treinamento dos seus soldados, que tinha deixado de ser exclusiva dos sargentos. A promoção veio em um momento em que o Exército estava adotando novos e complicados fuzis, como o pouco prático Dreyse, de re-

trocarga, e o Thouvenin, o modelo raiado francês de 1846. Sampaio soube desempenhar sua missão a contento: uma tarefa complicada, quando lembramos que nos 35 anos de sua carreira, de 1830 a 1865, ele viu serem adotadas nada menos do que cinco armas de modelos bem diferentes, que poderiam ser somadas a mais duas variantes, com alterações de detalhes. E isso tudo com acesso restrito a informações técnicas, já que não havia manuais ou cursos de aperfeiçoamento.

O Brigadeiro Sampaio morreu em uma das batalhas iniciais da Guerra do Paraguai, por isso não é possível saber como ele se portaria nas condições do conflito. Mesmo assim, na maior batalha da história da América Latina, Tuiuti, ele demonstrou estar ciente das mudanças que a tecnologia tinha trazido à tática. Enfrentando o ataque de massas de infantaria e cavalaria, manobrou seus batalhões em linha, sem estabelecer as formações que os próprios manuais da época recomendavam que a infantaria adotasse quando ameaçada por um ataque de cavalaria, os quadrados, onde as baionetas dos fuzis serviriam para repelir as tropas montadas. Sampaio sabia que o armamento e o treinamento de que o Exército dispunha eram suficientes para poder lidar com a ameaça no combate de fogo, um tipo de ação que se tornaria mais comum ao longo da própria campanha do Paraguai e viria a se tornar dominante ao longo das décadas seguintes, relegando o embate de choque a uma situação de anacronismo que, se fosse empregada, significaria apenas o aumento do número de baixas, sem garantir a vitória, como tinha sido possível no passado.

Esse é o ponto que gostaríamos de enfatizar para encerrar: o estudo, a história e a preservação do patrimônio e da memória não podem ser vistos apenas como uma atividade secundária no Exército. Tal como Sampaio, que serviu em um



exército de dois mundos diferentes, o da herança colonial e o de um Brasil moderno e soberano, ainda vivemos em um mundo em transformação. Muitas das lições aprendidas há poucos anos não são mais válidas, tendo de ser substituídas ou reaprendidas a todo momento. Além disso, não se pode dizer que a situação nacional ou mundial seja favorável, em termos de política militar. Mas certamente é uma que é muito mais simples do que a conjuntura que o General Sampaio teve de enfrentar e superar com sucesso. O estudo mais detalhado de sua figura e tempos serviria, se não de uma lição, no mínimo de exemplo de como a iniciativa e o empenho pessoal conseguem superar até as maiores dificuldades.

Infantaria na Guerra do Paraguai.

Acima, tática obsoleta do quadrado, Sudão, 1881.

ADLER HOMERO FONSECA DE CASTRO – Natural da cidade do Rio de Janeiro, é mestre em História. Pesquisador do IPHAN, vem realizando, há vinte anos, pesquisa sobre a história das armas e fortificações. Atualmente é membro do Conselho de Curadores do Museu Militar Conde de Linhares e do Museu das Armas Ferreira da Cunha.